

Entre crise e euforia: práticas e políticas educativas no Brasil e em Portugal

Organizadores:
Benedita Portugal e Melo
Ana Matias Diogo
Manuela Ferreira
João Teixeira Lopes
Elias Evangelista Gomes

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

"MAIS EDUCAÇÃO MAS MENOS TRABALHO!": OS JOVENS E A FRAGILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS

*Ana Cristina Palos*⁴⁷

CONTEXTUALIZAÇÃO

De forma semelhante a muitas outras regiões mundiais, também a sociedade açoriana tem vindo a registar, ao longo das últimas décadas, transformações socioeconómicas e socioprofissionais muito acentuadas. Desde os anos 60, do século XX, que se regista uma progressiva diminuição do peso dos setores primário e secundário da economia na estrutura do emprego, que é compensada pelo aumento significativo dos efetivos no setor terciário. Seguindo a tendência internacional, também a economia açoriana tem registado um relativo acréscimo de população ativa nos subsectores da economia relacionados com a sociedade do conhecimento. Estruturalmente, a região apresenta grandes debilidades no

⁴⁷ UAc/CES-UA, Portugal. Contato: cpalos@uac.pt

seu tecido empresarial, que é constituído maioritariamente por unidades empresariais de reduzida dimensão; em 2012, existem 85,5% de empresas que têm menos de 10 trabalhadores ao serviço.

Se tivermos em conta os dados disponibilizados pelos *Quadros de Pessoal*⁴⁸, verificamos que, entre 2008 e 2012⁴⁹, o emprego assalariado apresenta uma variação negativa de 8,5% e esta diminuição do número de trabalhadores surge acompanhada de um aumento global do número de empresas (variação de 18,3%).

⁴⁸ Os *Quadros de Pessoal* abrangem “todas as entidades com trabalhadores ao seu serviço, com excepção de: administração central, regional e local, bem como dos institutos públicos nas modalidades de serviço personalizado do Estado e de fundo público (excepto para os trabalhadores ao serviço em regime de contrato individual de trabalho); entidades patronais que exerçam actividades de exploração agrícola, silvícola ou pecuária, de caça e pesca, salvo quanto aos trabalhadores abrangidos pelo regime geral de segurança social ou por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho; trabalho doméstico” (Observatório do Emprego e Formação Profissional dos Açores (OEFPP)). De notar que, de acordo com a “Síntese Estatística do Emprego Público” (SEEP), da Direcção Geral da Administração e Emprego Público, no primeiro trimestre de 2014 o número de funcionários públicos da administração regional e local nos Açores representa 14,6% da população ativa.

⁴⁹ Ainda que tenhamos analisado dados sobre a evolução do emprego assalariado nos Açores entre 1989 e 2012, por setores de atividade económica, com base nas informações disponibilizadas pelos “*Quadros de Pessoal*”, as alterações estruturais da Classificação das Atividades Económicas Portuguesas (CAE) dificultam a comparabilidade dos dados pelo que optámos por apresentar aqui apenas a análise relativa ao período 2008-2012 que sistematiza os dados com base na CAE - REV 3.1.

Tabela 1. Variação do número de empresas e de trabalhadores, entre 2008 e 2012, na RAA, por subsetor de atividade económica (%)

Subsetores de atividade económica	Trabalhadores variação 2008-2012 %	Empresas variação 2008-2012 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-27,7	-42,2
Indústrias extrativas	-51,5	0,0
Indústrias transformadoras	-18,3	7,0
Eletricidade, gás, vapor, água quente	2,4	700,0
Distribuição de água, saneamento, resíduos	24,2	46,7
Construção	-35,2	-19,0
Comércio, reparação de veículos automóveis	-9,1	38,9
Transportes e armazenagem	5,6	54,3
Alojamento, restauração e similares	-10,5	13,0
Atividades de informação e de comunicação	84,2	80,0
Atividades financeiras e de seguros	24,2	550,0
Atividades imobiliárias	-12,0	-21,8
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	10,8	23,7

Atividades administrativas e serviços de apoio	65,1	51,4
Adm. pública, defesa, segurança social obrigatória	-48,6	-66,7
Educação	-3,5	54,4
Atividades de saúde humana e apoio social	25,2	81,1
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	26,8	27,0
Outras atividades de serviços	-22,2	8,5

Como podemos observar na tabela anterior, o acréscimo de unidades empresariais parece ficar a dever-se, sobretudo, à liberalização do mercado da “eletricidade, gás, vapor, água quente” e ao incremento das “atividades financeiras e de seguros”, das “atividades de saúde humana e apoio social” e ao subsetor ligado às “atividades de informação e comunicação”. Existem subsetores de atividade onde, no período considerado, ocorre uma retração simultânea do número de unidades empresariais e de trabalhadores, como é o caso da “construção”, da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e da “administração pública, defesa, segurança social obrigatória”. Noutros subsetores - da “indústria transformadora”, “comércio, reparação de veículos

automóveis”, “educação” ou “outras atividades de serviços” - o aumento do número de empresas surge acompanhado por uma redução expressiva do número de trabalhadores envolvidos. Esta retração do emprego tem provocado, também nos Açores, acréscimos muito significativos nas taxas de desemprego, em especial nas do desemprego juvenil. A região sempre conheceu níveis de desemprego relativamente mais baixos do que os observados para o país, mas a partir de 2008 instalou-se um ciclo de crescimento do desemprego na Região⁵⁰, que tem atingido de forma particularmente intensiva os jovens. Ainda que estruturalmente a Região Autónoma dos Açores apresente níveis de escolarização baixos⁵¹, nas duas últimas décadas atingiram-se taxas de escolarização no ensino básico e pré-escolar que rondam os 100% e as taxas de escolarização no ensino secundário têm vindo a aumentar, ainda que de forma bastante mais tímida comparativamente com o que ocorre no território continental⁵².

⁵⁰ Em 2008, a taxa de desemprego total na Região Autónoma dos Açores é de 5,6% e em 2012 ascendeu a 15,3%. Segundo dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), a taxa de desemprego jovem (15-34 anos), em 2008, rondava os 8,5% e em 2012 atingiu os 23,8%.

⁵¹ Em 2011, cerca de 48% da população residente nos Açores tem uma escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico e 81,3% tem uma escolaridade igual ou inferior ao 3º Ciclo do Ensino Básico; apenas 8,2% da população possui um diploma do ensino superior (SREA).

⁵² Em 2009, as taxas de escolarização dos jovens com 16 e 17 anos situam-se ligeiramente acima dos 50%, enquanto em território continental se situam em valores muito próximos dos

Num contexto de acréscimo progressivo de qualificações escolares e forte desemprego, importa perceber as implicações em termos de volume de emprego juvenil e da sua distribuição setorial, bem como as implicações do aumento de escolarização em termos da estrutura de qualificações⁵³ dos assalariados jovens e, de forma implícita, o papel que podem desempenhar na regulação da entrada dos jovens no mercado de trabalho. Mais especificamente, o que está aqui em causa é perceber as implicações das alterações do volume de emprego, e da sua distribuição subsetorial, na distribuição do emprego juvenil, na feminização da mão-de-obra assalariada, na estrutura de qualificações e níveis de escolarização desses assalariados, tendo em conta as atividades económicas.

80%. Tal significa que as taxas de retenção no ensino secundário se situam em valores muito elevados (30%) no ano em referência.

⁵³ A utilização dos “níveis de qualificação” proposto pelos *Quadros de Pessoal*, e a sua comparabilidade, não está isenta de dificuldades e contradições, pois os critérios de atribuição de qualificações, e de promoção profissional, podem diferir consoante as empresas e os setores de atividade onde elas se inserem. A fiabilidade da informação pode ser também afetada pela dificuldade das empresas no preenchimento dos questionários, em especial pela dificuldade de descodificação das categorizações estatísticas relativas à classificação das profissões e níveis de qualificação (como nos referiram alguns empresários entrevistados).

O COMPORTAMENTO DE ALGUNS INDICADORES DA RELAÇÃO SALARIAL

A leitura da variação subsetorial dos indicadores da relação salarial pode permitir desenhar algumas linhas de força relativamente às políticas de gestão de mão-de-obra prevalecentes, em que os jovens nos aparecem atualmente como um dos principais grupos de risco, uma vez que eles são massivamente vitimizados pelas tensões criadas no mercado de trabalho e pela penúria de emprego. Neste contexto, o valor de troca dos diplomas escolares no mercado de trabalho é também afetado, pois a sua multiplicação induz uma desvalorização proporcional e os diplomas não garantem a integração profissional dos jovens, podendo constituir apenas uma “proteção relativa” contra a sua exclusão (Dubet, 1996, p. 502). No caso português, e contrariamente ao que se passa na maioria dos países do espaço europeu, o “aumento do nível de escolarização, do básico para o secundário, não só não protege do emprego precário, como, aparentemente, o torna mais vulnerável” (Oliveira e Carvalho, 2010, p. 91), ou seja, o nível de escolaridade não diminui a probabilidade de ficar desempregado.

A desvantagem dos jovens⁵⁴ parece clara face à priorização que as políticas de gestão da mão-de-obra concedem à antiguidade como critério de estabilização e progressão profissional; por outro lado, essa desvantagem mantém-se em políticas que vislumbram a flexibilização⁵⁵ como condição indispensável ao relançamento das economias e colocam a reformulação das regras jurídicas que regulavam a relação salarial fordista como seu instrumento privilegiado, instituindo o estatuto precário dos “novos” empregos a pretexto de adequarem a mão-de-obra às necessidades do mercado e às oscilações económicas conjunturais; ao mesmo tempo que se institucionalizam as formas precárias de relação com o trabalho, e se individualizam as relações laborais, fragilizam-se os sistemas negociais e reivindicativos. O aumento da segmentação dos mercados de trabalho tem revelado o seu funcionamento discriminatório, pois os mercados secundários são, geralmente, providos por mulheres, emigrantes e jovens (Ashton, 1996) e aqui a instabilidade é o denominador comum: trabalho precário,

⁵⁴ Se bem que a maioria dos estudos sobre os jovens considerem o intervalo dos 15-24 anos, no âmbito deste trabalho considerámos o intervalo 15-34 anos, em virtude do tendencial alongamento da escolaridade.

⁵⁵ Admitimos, na linha de Oliveira e Carvalho (2008), o carácter polissémico da noção de flexibilidade; nesta aceção estamos a reportar-nos às condições de emprego e à liberalização da relação de emprego.

salários baixos e escassas oportunidades de progressão na carreira.

Tabela 2. Evolução dos indicadores da relação salarial, por subsetores de atividade, em 2008 e 2012, na Região Autónoma dos Açores (%)

Atividades	Anos	Taxa emprego jovem	Taxa de alta qualificação	Taxa de baixa escolaridade	Taxa de escolariz. pós-secundária	Taxa de feminização
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2008	43,3	5,6	66,1	1,9	10,2
	2012	36,1	8,9	53,1	2,6	11,1
Indústrias transformadoras	2008	45,5	13,9	39,2	3,8	34
	2012	41,1	11,8	32,1	4,4	36,9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	2008	12,4	39,7	19,2	18,2	15,8
	2012	20,1	39,1	26,6	17,1	16,1
Construção	2008	48,4	8,8	39,2	5,4	5,7
	2012	38,3	12,8	33,1	6,2	7,0
Comércio, reparação de veículos automóveis	2008	55,1	19,7	16,9	3,6	45,8
	2012	46,6	16,5	13,4	3,9	45,0
Transportes e armazenagem	2008	41,7	40	20,6	9,4	23,6
	2012	37,3	48,3	15,9	13,0	23,5

Alojamento, restauração e similares	2008	56,2	14,9	21,2	2,6	68,4
	2012	48,9	9,4	16,5	2,4	67,1
Atividades de informação e de comunicação	2008	34,4	39,8	3,3	18,3	34,9
	2012	27,2	70,5	4,41	22,0	32,4
Atividades financeiras e de seguros	2008	28	49,5	3,1	22,5	40
	2012	25,2	37,0	2	26,9	42,2
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	2008	58,4	35,2	4,1	25,8	52,7
	2012	47,5	41,6	3,4	27,4	48,7
Atividades administrativas e serviços de apoio	2008	51,6	3,1	36,9	3	61
	2012	42,6	9,6	29,4	3,4	60,9
Adm. pública, defesa, segurança social obrigatória	2008	64,2	32,3	17,4	25,2	38,3
	2012	48,3	6,8	12,6	8,7	23,4
Educação	2008	61,7	48,1	7,7	50,3	72,8
	2012	44,3	44,6	6,2	34,7	74,2
Atividades de saúde humana e apoio social	2008	48,6	19	17,5	22,4	86,5
	2012	44,0	28,7	13,4	26,6	86,8
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	2008	35,9	15	16,8	11,4	32,5
	2012	49,5	28,4	10,4	17,5	37,8
Outras atividades de serviços	2008	56,4	17,8	17,3	15,3	67
	2012	47,5	28,0	13,7	19,1	66,1

Com base na análise dos indicadores⁵⁶ de relação salarial, sistematizados na tabela anterior, podemos comprovar que, na generalidade dos subsetores de atividade, se verifica um decréscimo das taxas de emprego juvenil⁵⁷. A proporção de quadros superiores, quadros médios e profissionais altamente qualificados, em relação ao total de assalariados, parece também conhecer um acréscimo significativo nalguns subsetores, ao mesmo tempo que, na generalidade destes, a taxa de baixa escolarização conhece significativos decréscimos. Em função do comportamento desses indicadores nos diferentes subsetores de atividade, e com base na evolução entre os dois anos considerados, procurámos construir algumas configurações gerais.

⁵⁶ Com base na classificação dos assalariados por nível de qualificação, iremos utilizar a taxa de alta qualificação (que pretende verificar a proporção de quadros superiores, quadros médios e profissionais altamente qualificados em relação ao total de assalariados). Relativamente à escolarização, os indicadores utilizados serão a taxa de baixa escolarização (ou seja a percentagem de assalariados, no conjunto destes, com escolaridade igual ou inferior a 4 anos) e a taxa de escolarização pós secundária (onde se pretende verificar a percentagem de assalariados com escolaridade superior ao ensino secundário).

⁵⁷ As exceções encontram-se no subsetor “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio” - que quase duplica o número de jovens empregados - e no subsetor das “Atividades artísticas, desportivas e recreativas”.

MERCADOS DE TRABALHO INSTÁVEIS E PRECÁRIOS

Se tivermos em conta a evolução dos indicadores de relação salarial que ocorre nas “indústrias transformadoras”, na “construção” e na “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” verificamos que apresentam algumas similitudes. Apresentam taxas de emprego jovem muito próximas, pois, em todos, 4 em cada 10 trabalhadores têm 34 anos ou menos; são, igualmente, subsectores detentores das mais baixas taxas de alta qualificação, ainda que a tendência, entre os dois períodos temporais considerados, aponte para o seu ligeiro aumento. O comportamento dos indicadores de escolarização indicam que se trata de subsectores onde as taxas de escolarização pós-secundária são muito baixas, e o comportamento da taxa de baixa escolaridade indica a fraca exigência relativamente às qualificações escolares dos recursos humanos que utilizam, particularmente visível no setor da agricultura, onde mais de metade dos assalariados possuem escolaridade igual ou inferior a 4 anos, situação que não se altera substancialmente entre 2008 e 2012. Por outro lado, verificamos que é nestes subsectores que se concentram as mais elevadas taxas de baixa antiguidade, ou seja, cerca de

metade dos assalariados contratados nestes mercados trabalham há menos de 5 anos⁵⁸.

O recurso a uma mão-de-obra jovem, pouco escolarizada e desqualificada pode servir, de forma mais eficaz, unidades produtivas fortemente dependentes da sua capacidade de resposta no mercado, cuja situação conjuntural afeta as relações de emprego que propicia e que, basicamente, são norteadas pela flexibilização quantitativa e por uma redução dos custos; daí as fracas remunerações habitualmente praticadas nestes subsetores e a fragilidade de vínculos contratuais que ligam os trabalhadores aos postos de trabalho. Estes constituem alguns dos condicionalismos que, impedindo a construção de condições laborais que permitam assegurar a estes assalariados jovens vantagens sociais, permitem, simultaneamente, gerar importantes fluxos de mão-de-obra juvenil para o desemprego, por via da utilização sistemática que fazem dos contratos a "termo certo".

Por outro lado, a opção de muitas destas empresas pela subcontratação - fenómeno que é particularmente

⁵⁸ A taxa de baixa antiguidade consiste na percentagem de trabalhadores (TCO) com menos de 5 anos de serviço, em relação ao número total de assalariados.

significativo no subsetor da construção⁵⁹ - não só amplifica estas situações, como ainda permite que as empresas subcontratadas recorram a trabalho clandestino, empregando, temporariamente, uma mão de obra que, em certos casos, pode nunca vir a ser remunerada⁶⁰; frequentemente, a situação de subcontratação nem sequer permite a criação de novos postos de trabalho, uma vez que muitas destas empresas recorrem a trabalhadores independentes.

MERCADOS DE TRABALHO ONDE O GÉNERO MARCA A DIFERENÇA

Nos subsetores do “alojamento, restauração e similares”, “atividades administrativas e serviços de apoio”, “educação” e “atividades de saúde humana e apoio social” é possível verificar que a feminização da mão-de-obra assalariada regista os valores mais elevados, ainda que o

⁵⁹ O que nos foi reafirmado por um Inspetor Regional do Trabalho e dois sindicalistas que tivemos oportunidade de entrevistar.

⁶⁰ Segundo os sindicalistas por nós entrevistados, existem “queixas”, ainda que informais, de trabalhadores da construção civil que, após alguns meses de trabalho, se vêem compelidos a abandonar a atividade por ausência de remuneração.

aumento desse emprego feminino produza diferenças assinaláveis, em termos de emprego jovem, nas estruturas de qualificação e nos níveis de escolarização em presença.

A atratividade que o subsetor das “atividades de saúde humana e apoio social” exerce sobre a mão-de-obra feminina consolida-se no período temporal em análise. A feminização arrasta consigo não só a diminuição das taxas de baixa escolaridade, mas ainda um aumento significativo da taxa de escolarização pós-secundária, aumento que é ainda mais pronunciado quando centramos a observação na alta qualificação dos assalariados.

O subsetor da “educação” apresenta-se como a atividade onde a proporção de assalariados com menos de 34 anos regista o decréscimo mais acentuado no período em análise, decréscimo este que é concomitante com uma diminuição, muito acentuada, dos níveis de escolarização pós-secundária da população assalariada, o que denuncia um processo de exclusão do mercado de trabalho dos jovens mais escolarizados, provavelmente por via da não renovação dos contratos de trabalho.

Nos subsetores da “educação” e “atividades de saúde humana e apoio social”, a diferença que o género introduz no

acesso dos assalariados aos níveis de qualificação parece-nos ser o elemento comum que os une, apesar das diversidades internas que os caracterizam. A presença dos homens nestes mercados laborais é menos expressiva mas eles tendem a ocupar os postos de trabalho mais qualificados, em especial na área da educação onde 59,4% dos homens assalariados estão nas categorias de quadros (médios e superiores) e profissionais altamente qualificados (em 2012); as mulheres com níveis mais elevados de qualificação representam 38% das assalariadas neste subsetor. No caso das atividades de saúde e apoio social, o aumento das taxas de alta qualificação parece também não traduzir uma igualdade de oportunidades para as mulheres pois, apesar de elas terem uma presença quase massiva neste subsetor, apenas 25% ocupam lugares nas categorias mais qualificadas.

No entanto, nestes dois subsetores, as taxas de escolarização a nível do ensino secundário, profissional, pós secundário e superior são muito similares entre homens e mulheres⁶¹; ora, se o padrão de escolarização é idêntico mas o

⁶¹Na área da saúde e apoio social, a percentagem de assalariados homens com escolaridade a nível do ensino superior é de 30,1% e a das mulheres é de 28,7%; na área da educação, os homens que concluíram um diploma do ensino superior representam 39% e as mulheres 37,6%. Na área da saúde e apoio social, 52% das mulheres e 53% homens concluíram o ensino secundário, profissional, pós secundário ou superior, enquanto no subsetor da educação esta escolaridade caracteriza 68% das mulheres e 69% dos homens.

de qualificação apresenta clara vantagem para os homens, não podemos deixar de entender estes indicadores como denunciando a existência de processos de segregação, nomeadamente segregação vertical, para designar que homens e mulheres se inserem em diferentes níveis de qualificação “nos sectores e profissões para os quais são contratadas” (Ferreira, 1993, p. 239).

MERCADOS DE TRABALHO REFRACTÓRIOS AO RECRUTAMENTO JOVEM

Se atendermos aos números apresentados para 2012, verificamos que o subsector da “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio” representa, no setor secundário, o subsector onde a maioria da população assalariada (79,9%) tem 35 ou mais anos e, no setor terciário, os subsectores das “atividades de informação e de comunicação” e o das “atividades financeiras e de seguros” desempenham um papel homólogo, pois também aqui a larga maioria dos assalariados têm idades superiores a 34 anos (72,8% e 74,8%, respetivamente). Estes constituem os subsectores onde

podemos encontrar os valores mais baixos da taxa de baixa antiguidade⁶².

No subsetor das “atividades de informação e de comunicação” a relativa redução de emprego jovem que ocorre entre 2008 e 2012 é acompanhada de um aumento muito significativo da taxa de alta qualificação, o que pode indicar que a redução de pessoal jovem incidiu nas funções menos qualificadas e que o reforço de certas categorias profissionais, especialmente a de pessoal altamente qualificado, se realiza no mercado interno, por via da promoção hierárquica. O funcionamento do mercado interno, enquanto forma de “controlo social que favorece a lealdade dos assalariados (Grácio, 1997, p. 101) pode funcionar para as empresas como forma de estabilizar os seus efetivos, no sentido formulado por um empresário por nós entrevistado:

(...) para garantir que o tempo e os recursos financeiros que a empresa gasta a formar um técnico sejam inteiramente aproveitados em seu benefício e evitar que, passado algum tempo, um técnico saia da empresa e integre os quadros de uma empresa concorrente ou se estabeleça por conta própria prestando serviços concorrentes com a nossa empresa. Isto é

⁶² Em 2012, no subsetor da eletricidade a taxa de baixa antiguidade era de 17,4%, nas atividades de informação e comunicação 21,2% e nas atividades financeiras e de seguros 17,9%.

um risco que as pequenas empresas não podem correr (Empresário E).

Como mostrámos na tabela 1, neste subsetor ocorre, entre 2008 e 2012, um significativo acréscimo do número de empresas cujo principal negócio é a prestação de serviços em tecnologias de informação e comunicação, mas com claro predomínio para unidades empresariais de pequena dimensão (inferior a 10 trabalhadores) que representam, no último ano considerado, 43,3% do total.

O subsetor da “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio” apresenta um perfil de evolução diferente. Entre 2008 e 2012 quase que duplica o número de ativos jovens que emprega, mas a taxa de baixa escolaridade apresenta um acréscimo com alguma relevância. Tal pode significar que as decisões estratégicas destas empresas relativamente aos processos de produção, possam ter passado por contratar trabalhadores mais jovens e portadores de mais baixas qualificações escolares e o incremento da quantidade de trabalho jovem neste subsetor pode ser conjuntural, muito dependente da estrutura da procura. Por outro lado, a fraca exigência relativamente à certificação escolar pode denunciar que estes contextos profissionais se tenderão a constituir como espaços potencialmente desqualificantes, indutores de

percursos sociais precários, uma vez que os jovens, não possuindo qualquer certificação escolar, apenas podem contar com a forma como o mercado de trabalho reconhece e valoriza os saberes-fazer sociais de que são portadores.

A análise do comportamento dos indicadores da relação salarial nestes subsetores demonstrou-nos, ainda que com diferenças assinaláveis, tratarem-se de mercados de trabalho com uma estrutura de regulação de entrada dos jovens próxima do que Garonna e Ryan (1989) tipificam como mercados de “exclusão seletiva dos jovens”. Trata-se de mercados de trabalho onde um conjunto de regras e de procedimentos administrativos regulam a repartição dos empregos e atribuição de salários, bem como estabelecem normas de progressão, ligadas ao diploma e à experiência profissional. Uma mão de obra experiente, empenhada e qualificada, afigura-se, de um ponto de vista económico, como condição essencial para permitir e garantir a competitividade da empresa; aqui, a exclusão relativa dos jovens justifica-se, quer pela ausência de experiência profissional, quer como estratégia que permite assegurar a proteção daquele “núcleo duro” de trabalhadores da concorrência destes jovens, quer, ainda, porque a competitividade destas empresas passa pela constituição de

uma “franja” de trabalhadores cuja precariedade dos estatutos profissionais permite assegurar a sua flexibilidade numérica, em função das flutuações do mercado (Durand, 2001). Os poucos jovens que encontram lugares disponíveis nestes subsetores de atividades são os jovens escolarmente mais desqualificados o que se repercutirá, necessariamente, nas condições da sua socialização profissional e na sua integração social.

As lógicas do crescimento económico são diversas das lógicas de obtenção de títulos e bens escolares e, como muitos autores têm feito notar, a inserção profissional dos jovens não é, primordialmente, uma questão de “capital humano e de competência individual”, mas releva de mecanismos de estruturação do sistema produtivo e de processos relativos ao funcionamento do mercado de emprego (Doray & Dubar, 1995), em particular nas modalidades de acesso a esse mercado. Como demonstrámos, os mercados de trabalho apresentam tendências acrescidas de segmentação que influenciam as oportunidades de emprego e as condições de trabalho, independentemente das qualificações escolares de que os jovens são detentores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ashton, D. (1996). Labour market approaches to the study of the relationship between education and (Un)employment in the United Kingdom. In A. Jobert, C. Marry, L. Tanguy & H. Rainbird (eds.), *Education and work in Great Britain, Germany and Italy* (pp. 143-159). London: Routledge.
- Doray, P. & Dubar, C. (1995). Vers de nouvelles articulations entre formation et travail. In J. F Chanlat. *CD-Rom du Colloque Entreprises et sociétés, enracinements, mutations et mondialisation*. Montréal: Sysmik Graphiques.
- Dubet, F. (1996). L'exclusion scolaire: quelles solutions?. In S. Paugam (dir.), *L'exclusion, l'état des savoirs* (pp. 497-505). Paris: Éditions La Découverte.
- Durand, J.P. (2001). Fragmentation des marchés du travail et mobilisation des salariés. *8èmes Journées de Sociologie du Travail*, Aix en Provence.
- Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego - uma análise do caso português no quadro europeu. In B. S. Santos (Org.) *Portugal: um Retrato Singular*, (pp. 233-257). Porto: Edições Afrontamento
- Garonna, P. & Ryan, P. (1989). Le travail des jeunes, les relations professionnelles et les politiques sociales. *Formation Emploi*, 25, 63-78.
- Grácio, S. (1997). Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais. Lisboa: EDUCA.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *Dados* [online], 51(3), 541-567.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2010). *Regulação e Mercado de Trabalho. Portugal e a Europa*. Lisboa: Edições Sílabo.